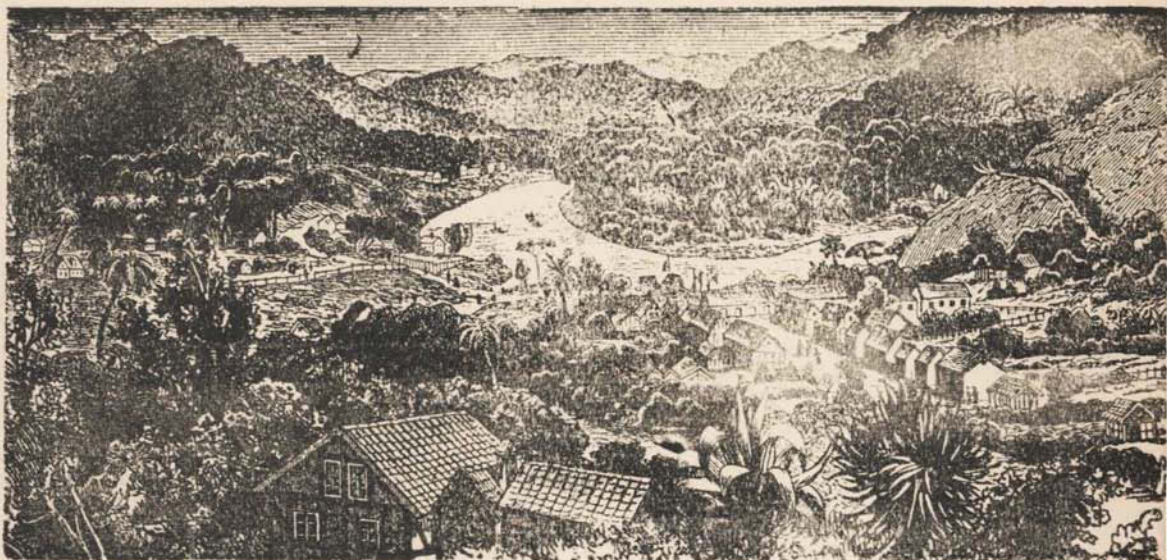


BLUMENAU

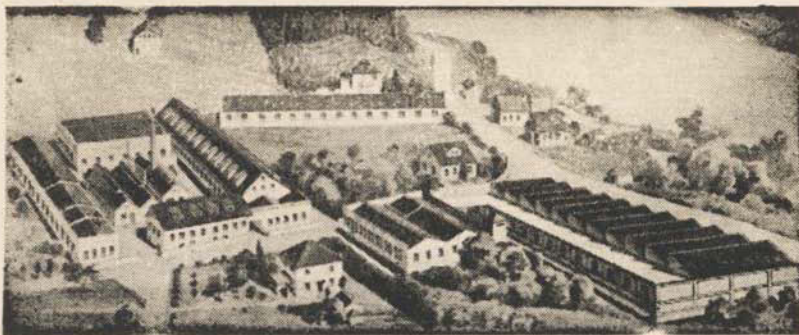
em Cadernos



TOMO V — MARÇO DE 1962 — N.º 3

TECELAGEM KUEHNRICH S. A.

FIAÇÃO - TINTURARIA - TECELAGEM - ESTAMPARIA - CONFECCAO



ESPECIALIZADA EM :

Atoalhados — Guarnições para mesa
e adamecadas (Jacquard) — Xadrezes e estampados — Cortinas e artigos de fêlpa.

BLUMENAU — Santa Catarina

Caixa Postal N.º 59 — Telefone N.º 1347

End. Telegr.: "KUEHNRICH" — Estação Itoupava-sêca.

BLUMENAU

em CADERNOS

TOMO V |

MARÇO — 1962

| N.º 3

Movimento colonizador na província de Santa Catarina durante êstes últimos anos (1828-1860). — Fundação de colônias, sua história.

Por Carlos da COSTA PEREIRA

Tradução do capítulo IX da obra de Léonce Aubé, *La Province de Sainte-Catherine ou La Colonisation au Brésil*, Imprimerie Française de Frédéric Arfvedson, Rio de Janeiro, 1861, ps. 105 a 118.

(Conclusão)

Referindo-nos a Joinville, que é a sede da colônia e foi o bêrço, isto é, o ponto em que se estabeleceram os primeiros colonos, dissemos em outro capítulo (V) que êsse povoado fôra instalado à margem do rio Cachoeira, em terreno baixo. Não queremos formular nenhuma crítica sôbre êsse local, que, escolhido mais ou menos ao acaso, é talvez, do ponto-de-vista do futuro, um dos mais favoráveis dentre aquêles em que os colonos poderiam fixar-se; devemos, no entanto, reconhecer que foi êle talvez a causa das primeiras dificuldades surgidas, contra as quais se tornou necessário lutar durante muitos anos.

De feito, os terrenos baixos de Joinville, hoje secos, eram, a principio, úmidos ou, mais acertadamente, alagadiços, e as terras das

circunvizinhanças eram de fertilidade muito problemática.

Os primeiros colonos, vindos influenciados pelas narrativas que lhes haviam feito acêrca dêsse solo virgem tão rico, em que se fariam colheitas sem trabalho, ficaram cruelmente desiludidos à vista dos resultados pouco compensadores obtidos, e, desencorajados, foram procurar meios de subsistência em trabalhos estranhos, deixando suas terras quase sem cultura. Ao mesmo tempo, escreveram para a Europa contando suas esperanças perdidas, e desacreditaram a tal ponto a colônia de Dona Francisca, que, ao fim de quatro ou cinco anos, ela seria inteiramente abandonada se o Príncipe de Joinville, corajosamente e sem perder a fé no futuro, não tivesse feito todos os sacrifícios necessários para continuar a obra começada.

Desde aí, as coisas mudaram de feição, visto que as terras áridas, aliás de pouca extensão, eram apenas as dos arredores da vila, e os caminhos já estavam atingindo terras bem diferentes das primeiras, não cedendo em nada às da colônia de Blumenau. Fôra necessário algum tempo para se tornar a trazer colonos, pois uma reputação abalada não se repara em um dia; mas chegara-se a um resultado seguro, de que davam testemunho os próprios colonos em suas cartas aos parentes.

Ao mesmo tempo, o governo do Brasil não poupava esforços nem sacrifícios, no sentido de imprimir maior atividade e desenvolvimento à prosperidade crescente da colônia, fornecendo fundos para a conservação das estradas e dotando a sede de igrejas, escolas, hospitais, etc., e, finalmente, mandando iniciar a construção da estrada que poria a colônia em comunicação com o planalto da Província do Paraná.

Não podemos prever e muito menos predizer o futuro reservado à colônia de D.^a Francisca; mas devemos declarar que o local em que ela hoje se encontra parece reunir tôdas as condições e todos os elementos que lhe assegurarão extraordinária prosperidade.

O solo, excetuando-se o da vila de Joinville e dos arredores, que poderão ser considerados arrabaldes, — é dos mais férteis, e tudo o que se cultiva na Província ali produz admiravelmente. Muitas estradas, largas e bem traçadas, tornam os transportes fáceis e baratos, escoando-se os produtos sem maiores dificuldades para os lavradores, que se acham em permanente comunicação com a sede da colônia, onde essas estradas vão terminar. Além disso, Joinville fica situada à margem do rio Cachoeira, e até ali sobe a maré, diariamente, permitindo que as embarcações de quinze a vinte toneladas cheguem ao pôrto da vila e descarreguem mercadorias vindas de fora ou carreguem os produtos da colônia, que podem ser transportados para a cidade ou para o pôrto de São Francisco no espaço de poucas horas.

Não voltaremos a falar sobre o pôrto de São Francisco, pois o que já dissemos (em capítulo anterior)

basta para fazer-se idéia de sua importância e de seu futuro; mas, facilmente se compreenderá quanto a colônia irá aproveitar desse futuro, e o que nos resta dizer demonstrará quanto também ela poderá contribuir para essa destinação.

A Serra Geral, com efeito, tem sido até hoje grande obstáculo à prosperidade de tôda a região situada a oeste dessa cadeia de montanhas, criando sérios embaraços às comunicações e, por conseguinte, provocando o aumento das despesas de transporte. Ora, as terras da colônia se acham compreendidas precisamente numa zona em que o solo se eleva em aclave e quase insensível na direção de um trecho da Serra Geral, onde ela é consideravelmente menos elevada. Em uma palavra, um exame minucioso provou a possibilidade de abrir-se por ali uma estrada carroçável, sem necessidade de obras de arte ou despesas exageradas, e sem obrigar a longo percurso, pois que, de Joinville à raiz da Serra, a extensão da referida estrada será apenas de cerca de quinze mil braças. Concluída essa estrada, o que, se necessário, se poderá conseguir em um ano, será possível, saindo-se de manhã da cidade de São Francisco, chegar a Joinville ao fim de três a quatro horas de viagem, e alcançar no mesmo dia, antes do pôr do sol, o alto da Serra Geral, e isto não se empregando outros meios de transporte senão aquêles que se encontram por tôda a parte do Brasil — um barco ou uma canoa para o trajeto via fluvial e um cavalo para o trajeto por terra.

Encontrar-se-á no Brasil outro local que ofereça iguais condições? E se considerarmos que, atingido o alto da Serra, todos os caminhos logo se abrirão para o interior — para as Missões ou Corrientes assim como para as Províncias centrais do Brasil — qual não poderá ser o futuro da colônia de Dona Francisca, como ponto de partida e de chegada, e de São Francisco do Sul, com o seu pôrto?

Sendo nosso propósito referir-nos às colônias somente naquilo que possa interessar o presente ou o futuro da Província, não entraremos em minúcias relativamente à colonização em geral, por mais que

elas viessem atender a curiosidade de alguns leitores, pois, do contrário — parece-nos sairíamos do plano que nos traçamos; assim, terminaremos este capítulo com algumas palavras sobre a colônia de Santa Isabel e sobre alguns núcleos agora fundados pelo governo perto de Santa Isabel e nas margens do Itajaí-Mirim. A colônia de Santa Isabel foi fundada em 1847, com 150 alemães, que chegaram a Santa Catarina no mais lamentável estado de pobreza, sendo instalados pelo governo nas proximidades da nascente das águas termais, na estrada de Lajes, mais ou menos a quarenta léguas de São José. Alguns novos colonos que foram estabelecidos no mesmo lugar, nos anos seguintes, aumentaram a importância da colônia, que, em 1851, contava 412 habitantes, elevando-se atualmente a 500, devido, exclusivamente, aos nascimentos ali ocorridos.

A fertilidade das terras permitiu à colônia fazer rápidos progressos, comprovados, em 1859, por um comissário especial do governo; porém as primeiras linhas de seu relatório eram a mais flagrante censura à falsa orientação seguida em quase toda parte na fundação desses estabelecimentos. Recorrendo a situação realmente próspera da colônia, a boa qualidade das terras e, ao mesmo tempo, a moralidade e a aptidão dos colonos, o comissário imperial acrescentava que os referidos colonos tiveram de lutar contra inúmeras dificuldades, estabelecidos, como se achavam, em meio da mata virgem e sem terem ao menos uma picada por onde pudessem transportar os víveres e tudo o mais que lhes fôsse necessário.

Entretanto, à força de perseverança e de assiduidade, venceram todos os obstáculos e, em 1859, encontravam-se, em sua maioria, felizes e satisfeitos, tendo alguns acumulado pequeno cabedal.

Se refletirmos nos esforços despendidos dessa maneira, tanto moral como fisicamente, pelos colonos recém-chegados, perguntamos como os resultados não teriam sido mais satisfatórios se, antes de instalar os colonos, houvesse o governo mandado abrir uma estrada entre o mar e a sede do futuro estabelecimento.

Ora, essa estrada que devia preceder a chegada dos colonos, ou, pelo menos, ser o primeiro trabalho a executar, não existe ainda hoje, e basta chover alguns dias para ficar interrompida toda comunicação entre a colônia e a baía de Santa Catarina, que, no entanto, fica apenas a quatro léguas de distância.

O futuro dessa colônia repousa inteiramente na estrada de Lajes. Como atualmente o governo está dirigindo para ali novos colonos, e se, ao mesmo tempo, interessar-se pela construção da mencionada estrada, todo o distrito poderá crescer de importância e tornar-se um dos mais prósperos centros coloniais da Província.

Quando julgamos fatos consumados, somos facilmente arrastados a submetê-los à crítica; e se não resistimos a esse intento, não desejamos, entretanto, que nos acusem de injustos. Assim, devemos também dar a conhecer a situação do emigrante europeu que acaba de desbravar o solo dos Estados-Unidos, copiando para isso algumas linhas da perquirição feita em 1831, no próprio local, pelo Sr. Alexis de Tocqueville. — “Que fazem, perguntou ele, esses desventurados quando a Providência os castiga com doenças? — Resignam-se e esperam melhores tempos. — Mas recebem alguma assistência de seus semelhantes? — Quase nenhuma. — Podem, pelo menos, recorrer aos recursos da medicina? — O médico mais próximo freqüentemente reside a sessenta milhas de distância. Como acontece com os índios, eles morrem ou curam-se, segundo a vontade de Deus. — A voz da religião alguma vez chega até eles? — Muito raramente. “Na hora presente a miséria é tão grande que o emigrante europeu, muitas vezes não podendo resisti-la, prefere ir fixar-se nas grandes cidades ou nos distritos que lhes ficam próximo.

Em Santa Catarina, o colono encontra todos os recursos que faltam ao pioneiro dos Estados Unidos, e o governo preocupa-se cada vez mais, nas colônias que se fundam, com as necessidades e com o conforto dos colonos que são encaminhados para ali.

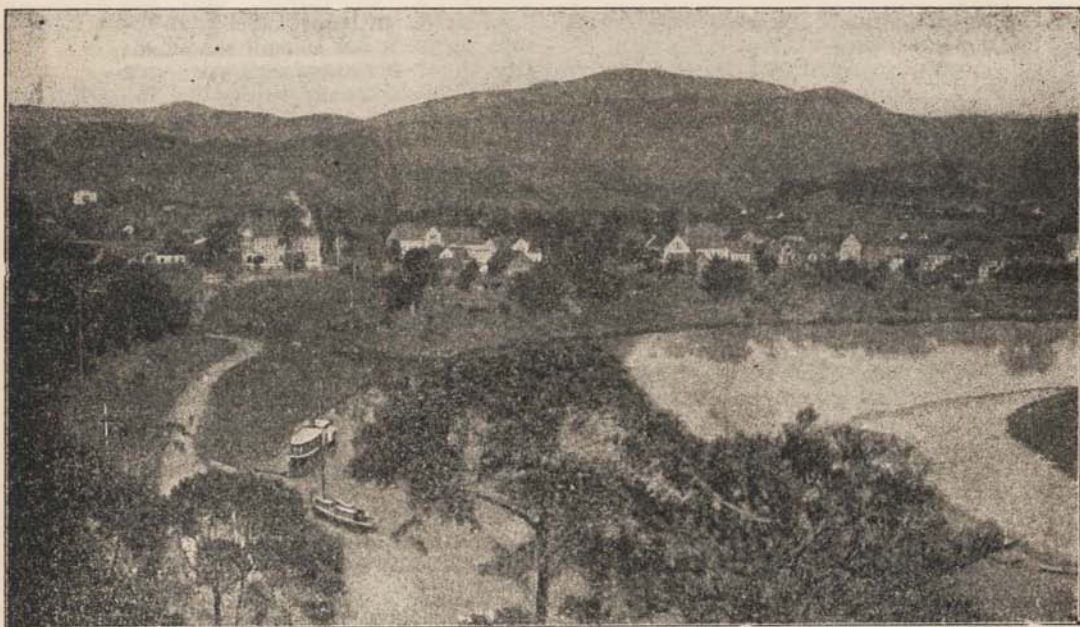
Uma nova colônia, a Teresópolis, situada perto de Santa Isabel e começada faz alguns meses, já se apresenta com tôdas as probabilidades de êxito e, sem nenhuma dúvida, contribuirá para apressar a abertura da estrada de Lajes, que terá tão grande importância para o futuro da Província.

Fundou-se na mesma época outra colônia (Brusque) à margem do Itajaí-Mirim, e o govêrno não tem poupado esforços no sentido de assegura-lhe um futuro próspero. Se bem que as suas terras sejam férteis e o clima saudável, cremos que as dificuldades serão ainda maiores que em Teresópolis, reclamando também maiores sacrifícios. Entretanto, não acredita-

mos no seu malôgro, sobretudo se a puserem em comunicação com a baía de Garoupas, da qual não fica muito distante, sendo-lhe êste pôrto preferível ao de Itajaí.

O vale do Itajaí é, atualmente, uma das regiões mais prósperas da Província; mas, a nosso ver, não tem futuro e encontra-se quase no apogeu a que poderá atingir, ao passo que o resto da Província ainda não entrou na senda de seu desenvolvimento, e algumas terras, hoje a caminho da decadência como as de Pôrto Belo, têm diante de si um futuro brilhante e seguro, desde que as atenções se voltem para elas e meios suficientes e adequados sejam aplicados no desenvolvimento de tôda a Província.

Retratos do passado



Uma bela vista da cidade de Blumenau, nos primeiros anos dêste século. Ai ainda se vê o velho prédio da Prefeitura, o primitivo Hotel Holetz e várias outras construções que, na época, podiam ser relacionadas entre as melhores da cidade e que as exigências do progresso estão tratando de demolir para dar lugar a edifícios modernos e monumentais como será, incontestavelmente, o Grande Hotel Blumenau que substitui o velho Holetz, de tão gratas e interessantes tradições. Ao pôrto vê-se acostado o vapor "Blumenau", também um dos memoráveis pioneiros do nosso engrandecimento econômico.

Os Tecelões de LODZ na História de Brusque

Ayres GEVAERD

O presente trabalho, foi lido pelo seu autor por ocasião das solenidades comemorativas do primeiro centenário do nascimento do Cônsul Carlos Renaux, a 11 de março de 1962, promovidas pela Sociedade Amigos de Brusque.

Desde 1951 que a Sociedade Amigos de Brusque vem se empenhando no sentido de organizar a história de Brusque. Até então, os escritos que nos davam notícias do nosso passado eram muito raros, e, com o desaparecimento de nossos maiores e mais antigos moradores, extingue-se a melhor fonte de informações, que é a tradição oral. Felizmente, a recuperação do período colonial foi possível graças à dedicação do historiador catarinense Dr. Oswaldo Rodrigues Cabral que, baseado em documentos originais, nos deu "Brusque, subsídios para a história de uma Colônia nos tempos do Império". Existe um parêntesis na sequência histórica, que vai de 1890 a 1900, mais ou menos. A carência de documentos, a falta de jornais que registrassem os acontecimentos, tem dificultado as pesquisas dos estudiosos para ser melhor recomposta aquela década. Em 1881, ano da criação do Município a colonização estava superada. As terras boas totalmente aproveitadas e um grande número de colonos esperando lotes. Mesmo assim, incompreensivelmente, o órgão encarregado da colonização do Vale do Itajaí, introduzia novas correntes imigratórias localizando-as em terras muito difíceis para o fim desejado. E foi assim que, por volta de 1890, chegavam a Brusque os primeiros colonos de origem Polonesa, sendo instalados no caminho para Nova Trento, Ribeirão do Ouro, Lageado do Porto Franco e Guabiruba Alta (localidades depois conhecidas por Sibéria e Russland). Como era de se esperar esses imigrantes não se adaptaram às novas terras, por serem montanhosas e de difícil aproveitamento agrícola. Apesar da assistência temporária do Governo, as dificuldades não se fizeram esperar. Nas localidades de Sibéria e Russland declarou-se uma epidemia disentérica que sacrificou a vida de elevado número de crianças e no Lageado, o tifo, também de caráter epidêmico, ceifou a vida de muitos membros dessa infeliz colonização. Existem lá, ainda hoje, vestígios de um cemitério conhecido por "Cemitério dos poloneses".

O abandono quase total das terras pelas razões apontadas, iniciou-se logo, em demanda de Nova Trento e outras regiões. No Ribeirão do Ouro e Lageado as famílias que ficaram tiveram de adaptar-se ao trabalho e costumes dos imigrantes que lá já se encontravam, de origem italiana.

Finalmente, os originários de Lodz, em pequeno número, procuraram aplicar na vila, e da melhor forma possível, adaptando-se aos recursos existentes, a sua verdadeira e natural aptidão profissional. Esses tecelões, segundo registros existentes na Comunidade Evangélica e arquivo da Sociedade Amigos de Brusque, chegaram no período de 1890 a 1896, e são os seguintes:

Karl Gottlieb Petermann com sua espôsa Berta e 3 filhos menores
Gottlieb Tietzmann e família Julius Haake;
Franz Kreibich e família; Alvin Schaffel;
Wilhem Jakowsky e família; Eduardo Franz;

Gustavo Schloesser com sua espôsa Natália e 3 filhos menores.
Marcineiros locais, entre êles os irmãos Pruner (Bepi e Francisco) fabricaram os primeiros teares manuais de madeira, que serviram para uso particular. A origem da indústria da tecelagem em Brusque foi, portanto, doméstica.

Discreta e modestamente iniciava-se na então vila de Brusque uma nova era, que aos poucos ia tomando proporções extraordinárias lançando as bases da economia brusquense. Nesse modesto ambiente apareceu Carlos Renaux, cujo conceito já se fazia sentir através de seu dinamismo e capacidade para amplas realizações. Compreendeu logo o alcance que a arte dos tecelões de Lodz poderia proporcionar. Pontilhava então na política catarinense assinando a carta de 1891, participando de episódios da revolução de 1893 e na política municipal. Sem abandonar a política, da qual realmente gostava, foi de encontro aos nossos tecelões cujos anseios eram certamente encontrar um guia sob cuja direção confiariam seus conhecimentos. Nêste modesto trabalho: colaboração honesta e sincera, destinado a reverenciar a memória dos que iniciaram a verdadeira riqueza de Brusque, dispensamos a descrição das dificuldades sem conta enfrentadas por Carlos Renaux e seus colaboradores. Falemos mais um pouco dos tecelões, especialmente sobre os primeiros aqui chegados, de 1890 a 1896. É possível que a relação feita não esteja completa, pelas razões já apontadas.

Franz Kreibich e Karl Gottlieb Petermann foram os primeiros técnicos de Carlos Renaux. Petermann encontrava-se ainda com seus familiares na Guabiruba Alta quando foi chamado para impulsionar os primeiros teares, fato que Carlos Renaux desejava coincidir com o seu aniversário natalício. Como a conclusão das instalações junto à represa demorassem, os dois tecelões providenciaram, a título precário, o movimento de alguns teares, no dia 11 de março de 1892.

Ierke, Rutsch, Tietzmann e possivelmente outros possuindo teares em casa recebiam de Carlos Renaux o material necessário e, com os seus familiares, fabricavam o tecido, colaborando assim, indiretamente, com a indústria que se iniciava.

Schäffel Franz e Rutsch são apelidos quase desconhecidos hoje e tudo faz crer que, por motivos ignorados, se retiraram de Brusque.

Wilhem Jankowsky não colaborou com Carlos Renaux; fornecia o produto de seu trabalho ao comerciante João Bauer.

Em princípios de 1896 chegava a Brusque Gustavo Schloesser, diretamente para a fábrica de tecidos de Carlos Renaux, segundo registro existente na Sociedade Amigos de Brusque. Acompanhavam-no sua espôsa Natália e três filhos menores, Hugo, Adolfo e Carlos. Dotado de extraordinários conhecimentos de sua arte, orientava a fabricação de teares de madeira, alguns dos quais funcionam ainda hoje. É de justiça salientar que em muitas ocasiões difíceis na nova indústria, principalmente no setor técnico, Gustavo Schloesser conseguia contornar e resolver as situações. Em 1911, com seus filhos, fundou a Companhia Industrial Schloesser.

Rudolfo, filho de Gottlieb Tietzmann, por volta de 1897 montava sua indústria de malharia e tricotagem, adquirindo inicialmente, os teares de Wilhem Jankowsky.

Outros tecelões, depois de 1896 aqui chegaram, os quais, junto com os primeiros transmitiram seus conhecimentos a seus filhos e a tantos operários que se sucederam na indústria de Brusque.

Em Brusque, dois períodos foram decisivos e verdadeiramente extraordinários em sua existência de 100 anos. O primeiro foi o da instalação da colônia, verificado a 4 de agosto de 1860 até o final da primeira administração em 1867. O segundo foi a chegada, de 1890 a 1896, dos tecelões de Lodz cujos conhecimentos foram aproveitados por Carlos Renaux, cujo centenário de nascimento hoje se comemora. O homem que instalou a colônia Itajaí-Brusque, administrando-a honradamente deu-lhe tudo o que um homem digno pode dar de si, especialmente carinho e dedicação: Barão Maximiliano de Schnéeburg.

A memória dos homens que modificaram o curso da história de Brusque, instalando as bases dêste brilhante e fecundo parque industrial têxtil: os humildes poloneses de Lodz, tributamos nesta hora em que comemoramos o centenário de um grande homem, as respeitadas, gratas e imorredouras homenagens da população brusquense através da Sociedade Amigos de Brusque.

Um benemérito da Colonização Alemã no Brasil

Foi na residência do senador Christiano Mathias Schroeder, em Hamburgo, que foi contratada com os príncipes de Joinville, a colonização das terras de seu dote, no norte de Santa Catarina. Pelo contrato, os príncipes cediam, gratuitamente, ao senador Schroeder, ou Companhia que organizasse, 8 léguas quadradas de terras, obrigando-se o senador a povoá-las e colonizá-las com emigrantes europeus. O contrato foi ratificado em 26 de abril de 1849 e, em 1851, vieram os primeiros imigrantes alemães que fundaram a atual cidade de Joinville. A foto à margem é cópia de uma gravura existente no Arquivo do Senado de Hamburgo (Archiv des Hamburger Senat). Christiano Mathias foi, além disso, um dos grandes impulsores da colonização alemã para o Brasil empregando, no transporte de colonos para êste lado do Atlântico, navios de propriedade da empresa que dirigia. (O clichê ao lado foi-nos oferecido pelo nosso colaborador, sr. Adolfo Schneider, de quem publicamos um trabalho neste mesmo número dos "Cadernos".



ESTANTE DOS "CADERNOS"

"REGISTRO DE ESTRANGEIROS. 1823 — 1830" — O Arquivo Nacional publicou, em alentado volume de 250 páginas, muito bem impressas em ótimo papel, a relação de todos os estrangeiros entrados no país de 1823 a 1830. É o segundo da série, tendo o primeiro, aparecido no ano passado (e de que já demos notícia nesta seção) relacionando os alienígenas registrados entre 1808 a 1822.

O presente trabalho, como o anterior, foi elaborado sob a direção do nosso ilustrado e douto amigo, sr. dr. Guilherme Auler, auxiliado pela arquivista Wilma Schaefer Corrêa.

O dr. Auler, na "Introdução", tece interessantes e eruditos comentários sobre alguns dos nomes registrados, como o de Pallière, o de João Martinho Flach, o dedicado servidor da imperatriz dona Leopoldina, o de Boulanger, o artista famoso e o de Rugendas, o incomparável, e vários outros. A "Nota Liminar" está assinada pelo ilustre e competente dr. Honório Rodrigues, diretor do Arquivo a quem as letras históricas devem já preciosa e douta contribuição.

Uma particularidade interessante, que colhemos de um ligeiro manuseio do trabalho que temos presente: dêle consta, à página 131, o registro do frei Romão Lapido, espanhol, religioso franciscano, que veio para o Brasil em 27 de setembro de 1823 e que, segundo anotação, partiu para Santa Catarina. Esse franciscano está ligado à história do povoamento do Vale do Itajaí, pois, pouco após a data da sua entrada na província, vêmo-lo como auxiliar do frei Pedro de Agote, coadjuvando-o no pequeno Curato do Santíssimo Sacramento do Itajaí, atual cidade de Itajaí, criado naquele mesmo ano de 1823.

Essa indicação, para nós, é preciosa. Talvez seja o ponto de partida para outros esclarecimentos a respeito da atuação dêsse e do frei Pedro nos primórdios do povoamento da zona cujo passado particularmente nos interessa.

Agradecemos, efusivamente, ao dr. Auler mais essa gentileza que teve para conosco, enviando-nos um exemplar do livro em aprêço com honrosa dedicatória.

●

«O LINCE» O nosso prezado amigo e colaborador, sr. Luiz José Stehling tem nos remetido, com regularidade, a revista "O LINCE", revista mensal ilustrada, que se publica em Juiz de Fora, sob a direção do sr. Jesus de Oliveira e na qual o sr. Stehling, de quando em quando publica interessantes artigos relativos ao passado juiz-de-forano. O sr. Stehling, descendente dos primeiros colonos daquele município, empenha-se — e nisso merece encomiásticos louvores — em destacar a atuação pioneira e atuante dos fundadores de Juiz de Fora e dos seus descendentes que transformaram, por um trabalho constante, honesto e árduo, a fazenda primitiva no grande centro comercial e industrial que o próspero município sul-mineiro se orgulha de ser. Ao sr. Stehling os nossos agradecimentos e ao "O Lince" que, neste, completa 50 anos de publicação, os nossos votos de crescente prosperidade para que continue a prestar relevantes serviços a Juiz de Fora e ao Brasil.

UM PARECER SÔBRE A COLÔNIA DE BLUMENAU DO ANO DE 1852

Prof. Dr. Herbert KOCH, de Jena
(Especial para "Bl. em Cadernos")

Na edição de março de 1961, publicou "Blumenau em Cadernos" um artigo meu sob o título "Um documento ignorado sôbre o começo de Blumenau".

Aprez-me, agora, poder apresentar uma referência, especialmente significativa, sôbre a colônia de Blumenau, datada de 1852, escrita, portanto, três anos antes da mencionada carta do jovem Hering, de 1855.

Esta publicação, encontrei-a no jornal de Jena que, sob o título "Folhas do Saale" (Blätter von der Saale) circulava, naquela época, três vêzes por semana — às terças, quintas e sábados — com quatro a oito páginas, formato 21 x 38, sendo que a respectiva publicação se encontra às páginas 77/78 do número 19, edição de 14 de fevereiro de 1852.

Esse jornal não contava, apenas, leitores entre os então quatro mil habitantes daquela cidade, mas também entre os das numerosas aldeias circunvizinhas. Jena orgulhava-se de possuir, desde 1558, a única universidade da Turingia, sendo, assim, o jornal lido, naturalmente, também pelos 450 estudantes universitários.

A importância cultural que, por esta circunstância, lhe coube, foi razão suficiente para que o jornal tivesse leitores ainda, se bem que em número restrito, por toda a Turingia e mesmo no "exterior", denominação que, na época, não subentendia apenas os pequenos países da Turingia e o reino da Saxônia, mas também a província prusiana da Saxônia.

Existia, assim, para a sociedade berlinense, que fez a respectiva publicação, a garantia de levar o assunto ao conhecimento de um vasto público, o que foi, certamente, o principal objetivo.

Que me sejam permitidas algumas palavras de introdução, esclarecedoras da situação geral da Europa e, principalmente, da Alema-

nha para que se compreenda a razão do crescimento irreprimível do número de emigrantes naquela época:

374.654 emigrantes embarcaram, somente nas duas décadas de 1831 a 1851, em Bremen, com destino à América do Norte. O aumento, de ano para ano, verifica-se do seguinte quadro:

1833	—	8.891
1835	—	6.185
1838	—	9.342
1841	—	9.594
1843	—	9.927
1845	—	31.000
1846	—	32.000
1847	—	33.000
1848	—	30.000
1851	—	37.795

Impotentes, enfrentaram os governos essa situação. Em parte, apontaram como razão, o crescimento vertiginoso da população europeia, fato mesmo incontestável, segundo esta demonstração:

	Número de habitantes em milhões		
	1789	1848	
França	30	35	16,6%
Rússia	33	70	112 %
Áustria	28	39	40 %
Inglaterra	14	29	16 %
Prússia	6,5	16	147 %
	—	—	—
	106	189	78 %

Enquanto os aumentos ocorridos na França e Inglaterra se contrabalançavam, mais ou menos, o verificado na Áustria, em relação a esses países, era o três-dôbro e meio, tendo sido o aumento, na Rússia, de quase dez vêzes e, de doze vêzes até o ocorrido na Prússia.

O deslocamento da população rural para centros industriais, mesmo em pequena escala, resultou na diminuição da produção agrícola e conseqüente alta dos preços dos gêneros, tornando-se compreensível, em vista dessa situação, a atração que se representou a suposta melhoria de vida nas plagas americanas, com riquezas descritas como incalculáveis.

Outra agravante da situação econômica foi a verdadeira febre armamentista que ocorria nos países europeus, realizável pelos respectivos governos, apenas através de contínuas majorações da receita tributária; e, finalmente, favoreceu a tendência emigratória a situação política em geral. Após o malôgro da revolução de 1848, verificou-se acentuada reação da autoridade governamental, que, em parte, des-cambou para a insuportável opressão da opinião pública. Os parlamentares foram mantidos, mas, infelizmente, não era pilhéria quando se afirmava

“On nous permet d'y dormir
mais on ne nous permet d'y ron-
fler”

e muito menos se permitia a enun-ciação de palavras de crítica.

Em 1852, repetiu-se com dez ca-tedráticos de Kiel, o que em 1839 tiveram de suportar os “Sete de Göttingen”; em junho, proibiu-se a exibição da obra “Wilhelm Tell”, de Schiller, em Trieste; — em ju-lho foi condenado a vários anos de prisão o diretor da escola de Gra-efe, Kassel, homem tão destemido e corajoso, quanto convicto livre pensador — para mencionar ape-nas uns, entre muitos casos con-gêneres.

Principalmente nos círculos aca-dêmicos, verificou-se uma atitude corajosa em favor de idéias libe-rais, fazendo questão a maior par-te dos professores catedráticos que os seus títulos derivassem do vo-cábulo latino “profiteri” (confessar com brio a própria opinião) e nun-ca do outro vocábulo “profit” (pro-veito), negando-se, assim, a consi-derar o ordenado como fator que os obrigasse a ficar calados.

É lógico que contagiaram, com as suas opiniões e aspirações, a juven-tude que lhes gravitava em tór-no.

Veza por outra, titulares de altos cargos governamentais, externa-ram opinião favorável à conveniên-cia de interditar a travessia das fronteiras. Não encontraram, po-rém, apenas resistência ardorosa na opinião pública, mas também bem pouca receptividade nos meios governamentais.

Nas constituições constava, qua-se sempre, a cláusula: “É garanti-do o direito de estabelecer-se em qualquer lugar” e não havia go-

vêrno que ousasse contrariar tal dispositivo, como não havia parla-mento dispôsto a pô-lo fora de vi-gôr, com a necessária maioria de dois terços. Nem havia ainda parla-mento, como o “Reichtag” do tempo do Hitler, com a ambição de merecer o título de “melhor e mais bem remunerada sociedade de can-tores”, que, reunindo-se, apenas, uma vez por mês, cantavam o hino da Alemanha a uma só voz e apro-vavam todos os projetos que fôs-sem apresentados, embolsando, pa-ra tanto, altos honorários. Naquela época, não haviam ainda sido de-gradados os parlamentos para tal farça.

Naturalmente que havia bastan-tes conhecedores da situação, que se empenhavam em fazer compre-ender aos governantes que só se poderia evitar o êxodo, eliminando as causas com medidas como: res-trição das verbas para armamen-to, criação de novos campos de ati-vidade, melhoria salarial e assis-tência social, possibilitando aos ne-cessitados a aquisição, pelo menos, do mais indispensável.

Infelizmente, eles pregavam a um auditório de surdos.

Assim os governos se limitaram a baixar decretos, para evitar as consequências malignas deste êxo-do; ninguém teria o direito de emigrar, sem participar a decisão às autoridades, que fariam a devi-da publicação por editais, possibi-litando a prováveis credores, a co-brança legal das dívidas, etc., como os sujeitos ao serviço Militar, so após dêsses decretos, como queixas sôbre a inobservância dos mesmos, demonstram com nitidez, que não deram resultado. Quem possuía salvo-conduto ou caderneta de pro-fissional ambulante, tinha a ga-rantia nas mãos, de encontrar meios e caminhos para emigrar.

O que adiantava a publicação de comerciantes alemães de Lima, ad-vertindo contra tôda e qualquer emigração ao Perú? Quem tomou conhecimento do fato do naufrágio do navio “Union”, com centenas de emigrantes alemães no Canal (Da Mancha)?

Os jornais traziam notícias co-mo por exemplo: “Em fevereiro apresentaram-se em Frankfurt 900 cidadãos intencionados à emigra-ção, contra apenas 200 no ano an-terior”;

“600 habitantes de Schwarzburg — Rudolstadt pretendem emigrar, igualmente 2.000 de Schleswig Holstein, 25.000 de Hesse. — 40 somente da pequena cidade de Rechla, na Turingia.

“481 adultos e 445 crianças do 1.º e 2.º distrito administrativo do Grão-ducado de Saxe, no primeiro semestre de 1852; — em julho embarcaram 2.391 em Hamburgo, a maioria com destino à América do Norte”.

Em Nova Iorque haviam chegado em 1850: 212.796 emigrantes; em 1851: 289.601 emigrantes, só destes, 69.885 eram da Alemanha.

Tais cifras encorajavam até aos mais tímidos; se tantos milhares se decidiram a dar este passo, porque então eles não haveriam de ir?

Está certo que “a maioria deles” seguiu para a América do Norte. Quantos foram os que se dirigiram à América do Sul, as relações, infelizmente, não deixam transparecer.

Devem ter sido muitos, entretanto. E que se viram frustrados nas suas esperanças, esta certeza nos dá de maneira incontestável uma publicação que a entidade berlinesa “Sociedade para a Centralização da Emigração e Colonização Alemã” (Verein zur Centralisation deutscher Auswanderung und Kolonisation) a 17 de janeiro de .. 1852 fez em todos os jornais mais importantes da Alemanha, cujo teor segue.

É, entretanto, aconselhável observar-se com imparcialidade, tomando-se em conta as respectivas circunstâncias, as violentas acusações nela contidas contra cinco brasileiros. Já os cinquenta mineiros da Saxônia que, no Século XVI se dirigiram à Venezuela, viram-se amargamente desiludidos nas suas esperanças, ficando, entretanto, a pergunta sem resposta, se as suas esperanças não haviam sido exageradas e, normalmente, irrealizáveis. Até que ponto isso se aplica, também, às mencionadas fazendas brasileiras, em 1852, da mesma maneira não se pode averiguar mais. Que os imigrados no Brasil não encontrassem um leito feito de rosas, e que pombos assados não viessem voando em direção de suas bôcas, possivelmente aborreceu

e desiludiu a muitos. Mas vamos dar a palavra à referida publicação:

“Nos órgãos de imprensa pública é feita a proposta a emigrantes alemães, para contratá-los como operários das fazendas de cinco grandes latifundiários no Brasil, Nicolau Antônio Nogueira Valle da Gama, Bráz Carneiro Bellens, Dona Francisca Maria Valle da Gama, José da Silva Carvalho e Visconde de Baependy.

O dinheiro para a passagem seria adiantado, moradia posta à disposição na fazenda, como fornecido, para ser pago a prestações, tudo de que os emigrantes necessitam durante o primeiro ano, como gêneros alimentícios, roupas etc.

Isto sóa muito bem, mas o diabo vem depois.

Tudo que os imigrados desta maneira receberem, logicamente terão que pagar, não podendo, enquanto a dívida não for liquidada, deixar o serviço, devendo pagar juros sobre o restante após 4 anos. Terra não receberão como propriedade, tampouco salário fixo, mas ser-lhes-á entregue o cuidado sobre alguns milhares de cafeeiros. O café aí colhido, será vendido pelo proprietário da fazenda, e o lucro líquido, obtido após desconto de despesas de transporte, comissão de venda e desconto pelo uso das máquinas (para descascar os bagos de café), seria repartido entre o fazendeiro e o respectivo colono.

Seria emprestada, ainda, ao colono, tanta terra quanta este, no tempo vago, puder cultivar para o seu sustento. Mas também do fruto deste esforço, não poderá o colono vender o que fôr além daquilo que ele necessitar para uso doméstico, e a venda dos produtos será feita pelo fazendeiro, na mesma base da do café. Os colonos devem aceitar o compromisso de abster-se de negócios, sem permissão do fazendeiro.

É assim que se pretende explorar a inexperiência e credence dos imigrantes alemães, não tendo vergonha de oferecer-lhes condições contratuais, que os tornarão simplesmente escravos. Pois o lucro dos colonos será mínimo, sendo que até os fazendeiros brasileiros ganham pouco com a venda da colheita do café, tendo a experiência

demonstrado que o lucro maior é dos intermediários. Sendo o fazendeiro o encarregado do transporte, apresentará uma relação de despesas elevadas, e, com o desconto do uso das máquinas, pouco lucro líquido restará, a ser repartido com o pobre colono.

O mesmo acontece com a compra de gêneros, que fica ao cargo do fazendeiro. Em relação à produção nas horas vagas, são oferecidas ao colono condições piores do que aos escravos, aos quais estes produtos, em todo mundo, pertencem integralmente, sendo-lhes permitido negociar com os mesmos, como bem entendem. Ao imigrante alemão nem esta vantagem se pretende dar nas propriedades dos "cinco grandes latifundiários do Brasil".

É fácil fazer-se o cálculo, que, nestas condições, será, na maior parte dos casos, impossível ao imigrante liquidar as suas dívidas dentro de quatro anos. A passagem do pôrto alemão ao Brasil é, no mínimo, de 45 táler e, incluídas as despesas inevitáveis de bordo (colchão, louça, etc.), sairá a 50 télers por pessoa. As despesas de estabelecimento e gastos em gêneros alimentícios, até a primeira colheita, roupas e outras necessidades, será bom não contar com menos de 100 télers. Pois muitas destas coisas, já por si, são caras no Brasil, e o fazendeiro, sem dúvida, não há de deixar de marcar os preços mais altos por tudo, pois é de seu interesse levantar a soma dos gastos. Assim teria uma família de quatro pessoas, uma dívida de, no mínimo, 600 télers. Na melhor das circunstâncias poderia o colono liquidar nos primeiros quatro anos 100 a 200 télers, restando a dívida de 400 télers. Inicia-se, então, a fase dos juros, sendo a percentagem habitual aí de 18 a 25 por cento. A família deveria descontar, assim, 72 a 100 télers só pelos juros da dívida, sendo fácil de se calcular como a dívida aumentará, se não conseguir pagar o previsto. Está, assim, absolutamente, na mão do fazendeiro manter essa gente nos seus serviços, conforme lhe convém, e os imigrantes, desta maneira, vão de encontro a uma situação que durará para toda a vida, e que

não se pode classificar de outra maneira, senão de escravidão.

Mas é justamente esta intenção dos srs. Fazendeiros que agora procuram atrair os emigrantes alemães. Os escravos estão se tornando caros, porque a importação da África cessou por completo, tendo se constatado, ainda, que a população negra do Brasil não aumenta por si mesmo, sem o esforço contínuo de novas levas. Procura-se, assim, um substituto nos imigrantes alemães.

Que os fazendeiros brasileiros experimentem tais meios, é compreensível, mas que alemães deem a mão a estas negociações com elemento humano, como infelizmente está acontecendo, é verdadeiramente repelente.

A emigração, já por si, é um passo difícil, seguida, na maioria das vezes, de pesados remorsos. Mas já que está sendo realizada, convém abrir os olhos do pobre emigrante que, muitas vezes, é bastante ingênuo para dar fé a tais "vantajas e brilhantes" propostas, preservando-o do infortúnio certo.

Se o emigrante, decididamente, está intencionado de abandonar a sua terra, escolhendo para nova pátria o Brasil, que se dirija, pelo menos, a empreendimentos de colonização, onde ele não será degradado à categoria de escravo, mas onde encontre condições de poder adquirir, com relativa facilidade, uma propriedade rural, e onde se oferecem perspectivas de um futuro garantido.

Como tais se pode mencionar a Colônia Dona Francisca, (fundada pela Sociedade de Colonização Hamburgoense, em 1849); Colônia São Leopoldo, na Província do Rio Grande do Sul; e Colônia de Blumenau, na Província de Santa Catarina. Encontrará aí conterrâneos da Alemanha, bom acolhimento e independência irrestrita.

Contra todos os empreendimentos, onde, como nos cinco latifundiários da província do Rio de Janeiro, os imigrantes alemães seriam considerados apenas como substitutos dos escravos, vem advertir decididamente a Sociedade para Centralização da Emigração Alemã.

Berlim, 17 de janeiro de 1852".

Até aqui o aviso. O que a nós

mòrmente nos interessa é a referência elogiosa às Colônias catarinenses e riograndenses, de Da. Francisca, Blumenau e São Leopoldo, que, contrariamente às cinco fazendas, estão sendo apontadas como empreendimentos de exemplo e modelo. É o documento, assim, comprovante do relatório do jovem Hering, que já tivemos oportunidade de publicar. Datado do ano de 1855, podia se objetar que, naquela época, possíveis anormali-

dades já tivessem sido amainadas. A referência presente, de 1852, entretanto, demonstra, com clareza, que a Colônia Blumenau, desde o seu início, ao contrário de outros empreendimentos, concedeu "acolhida amiga" aos colonos, proporcionando-lhes "um futuro garantido".

Este reconhecimento, partindo de pena tão consciente da sua responsabilidade, merece seja devidamente anotada.



EFEMÉRIDES EM PINGOS

● A 31 de março de 1822, nasce em Windischholzhausen, Alemanha, o grande sábio Fritz Mueller.

● A 1.º de março de 1833, o Conselho Administrativo da Província, divide o território de Santa Catarina em duas comarcas: a da capital e a do Norte, esta com sede em São Francisco do Sul. Blumenau passou a pertencer a esta.

● A 3 de março de 1842, nasce em Hartha, na Saxônia, Alemanha, Bruno Hering que, com seu irmão Hermann fundou as indústrias de tecidos, hoje Companhia Hering. Bruno foi um dos grandes propugnadores do progresso de Blumenau. Era trabalhador, ativo, idealista.

● A 1.º de março de 1892, o padre José Maria Jacobs, primeiro vigário de Blumenau, combalido por desgostos e sofrimentos, é vítima, durante a celebração da missa, de uma hemorragia.

● A 15 de março de 1906, os padres Jesuítas iniciam as aulas do Ginásio Catarinense, de Florianópolis, que substituiu o Liceu Provincial.

● A 11 de março de 1912, por ato da Câmara Municipal de Blumenau, foi elevado à categoria de distrito de paz, o território da Colônia Hansa-Hammonia. Foi instalado a 29 de maio seguinte, tendo como primeiros juizes de paz

José Deeke e Luiz Hedler. Foi nomeado escrivão de paz o sr. Arthur Muller. Hansa-Hammonia é hoje o município de Ibirama.

● A 25 de março de 1927, o Conselho Municipal de Blumenau cria o distrito de Taió, desmembrado do de Bela Aliança.

● A 4 de março de 1929, o superintendente Curt Hering nomeia os seus substitutos eventuais nas pessoas dos srs. Oto Hennings, Rudolfo Kleine e Adolfo Schmaltz.

● A 22 de março de 1929, o Conselho Municipal de Blumenau concede licença ao sr. Curt Hering, superintendente municipal, para viajar para a Europa em tratamento de saúde. Assume o cargo o seu substituto Otto Hennings.

● A 2 de março de 1934 é criado o distrito de Benedito Novo, desmembrado do de Timbó.

● A 9 de março de 1951 chegam à sede da colônia Dona Francisca os primeiros imigrantes, fundadores de Joinville.

● A 6 de março de 1917, o governo requisita a entrega à Administração da Estrada de Ferro Santa Catarina os navios e demais bens móveis da Companhia de Navegação Fluvial Itajaí-Blumenau, que fazia o transporte de cargas e passageiros entre as duas cidades.

● A 4 de março de 1857 as águas do rio Itajaí foram sulcadas, pela primeira vez, por um vaso de guerra a vapor o "Dom Pedro".

A Data da Fundação de Joinville

Adolfo Bernardo SCHNEIDER

Há diversas gerações Joinville, também chamada a "Cidade das Flores", situada na extensa baixada litorânea formada pelas vargens do Rio Cachoeira, do Rio Cubatão e do Rio Pirai, festeja o seu aniversário no dia 9 de março.

Queriam ou querem alguns autores, entre mortos (como por exemplo OTOKAR DOERFFEL) e vivos, que a data da fundação da "Cidade dos Príncipes" tenha sido outra. Aventam por exemplo o dia 10 de março, quando foram iniciadas oficialmente as vendas dos lotes de terras na antiga DEUSTCHE PIKADE, que depois se chamaria durante gerações DEUTSCHE STRASSE e que após à Primeira Grande Guerra Mundial receberia a sua denominação definitiva, a saber: Rua VISCONDE DE TAUNAY, lembrando aliás um grande amigo de Joinville.

FRITZ EBERT, casualmente homônimo do primeiro Presidente da República de Weimar, seria o feliz proprietário da gleba n.º 1, que forma hoje uma quadra inteira, onde se localizam por exemplo as vastas construções, cidadinas, da Fundação Tupy S/A., da Cia. Wetzel Industrial, da Fundação de Metais de Wetzel & Cia. Ltda., da Rádio Difusora, do Hotel "Trocadero" e de uma grande quantidade das mais finas residências de Joinville.

Outros têm proposto, que a data de fundação seja recuada para maio de 1850, quando, segundo escutamos certa feita, em improviso pronunciado pelo ilustre Professor CUSTÓDIO DE CAMPOS, aqui chegou a "Comissão dos Três", composta pelos Representantes dos maiores interessados no povoamento das glebas até então desertas da futura Colônia Dona Francisca: o Major VIEIRA, representando o Governo de S. M. Dom Pedro II; o snr. Leoncio AUBÉ, representando o Príncipe de Joinville; e o Engenheiro GUENTHER, representando a Empresa de Colonização sediada em Hamburgo.

Temos ocasião de constatar, que sobre a data de fundação de muitas cidades antigas pairam dúvidas, inclusive da maior cidade do Brasil, que é São Paulo. E essas dúvidas são discutidas pelas gerações afora...

Há pois aqueles, que querem basear-se na vinda da antes referida "Comissão dos Três" (em maio de 1850). Há os outros, que querem basear-se na chegada da primeira leva de povoadores (de 7 a 9 de março de 1851). E há ainda os que pensam, que a fundação da cidade deve estar ligada à venda dos primeiros lotes de terras (10 de março de 1851).

Quando possuímos elementos, dignos de fé, para afirmar, que mesmo antes de AUBÉ construir aqui, em maio de 1850, a sua humilde choça de caboclo, de paus a prumo e coberta de folhas de palmeira, já havia aqui habitantes de origem lusa ou castelhana. Informa essa fonte, que cerca de 1834 foi trucidada aqui uma família inteira pela bugrada feroz, que de nenhuma maneira queria admitir "intrusos" em suas terras...

Ao festejar a data natalícia de Joinville, costumamos basear-nos na data escolhida há gerações e fixada oficialmente por quem de direito e que por esta razão também deve ser considerada DEFINITIVA, a saber o dia 9 de março de 1851, quando terminou o desembarque da primeira leva de povoadores vindos de Hamburgo pela barca "COLÓN" e do Rio de Janeiro pelos patachos nacionais "MARRECA" e "GLÓRIA DOS ANJOS".

Não deixa porém de ser bastante interessante historiar com brevidade os antecedentes imediatos à fundação de Joinville.

Desde que, em maio de 1843, contraira núpcias com Dona Francisca, Princesa Imperial do Brasil e que desde pequenina era chamada "a princesa sorridente", era o Príncipe de Joinville dono de vasto latifúndio de 25 léguas quadradas, cuja escôlha seria realizada em 1844 por AUBÉ e cujo levantamento topográfico seria feito em 1845 e 1846 por JERÓNIMO COELHO, aliás o Fundador da Imprensa Catarinense.

Para os citados Príncipes, que passaram a residir na Côrte real francesa,

êsse vasto latifúndio, habitado por animais bravios e por seres humanos que, além de ferozes, se encontravam ainda no primeiro degrau da Civilização, era um autêntico "DANAER-GESCHENK", como se expressam os alemães. Isto é, um verdadeiro "presente de grego", com franca alusão ao Cavalo de Tróia, que certamente deve ser considerado o maior presente grego da História.

Existia pois o interesse, não somente dos citados Príncipes, como do próprio Imperador Dom Pedro II, em povoar aquelas terras, sendo maior certamente o interesse daquêles, porque desejavam auferir algum rendimento daquela sua propriedade.

Aconteceu que, quando foi composto, em 1848, em Paris, o seu pai, o Rei Luis Felipe da França, o Príncipe de Joinville, oficial superior da Armada francesa, se encontrava, junto com sua jovem esposa, em visita de cortezia em um dos portos principais do norte africano. E não podendo e mesmo, não desejando, nessas contingências, voltar o ilustre casal para a França, conturbada pela Revolução de Fevereiro, resolveram aproveitar uma oportunidade, que se lhes oferecia, para embarcar diretamente para Hamburgo, num veleiro daquela nacionalidade, onde travaram conhecimento com o Senador hamburguês CHRISTIAN MATHIAS SCHROEDER, em cuja residência estiveram hospedados.

Foi nesta oportunidade, certamente, em palestras amistosas, à mesa de jantar ou após, fumando talvez um bom charuto "Brésil", que foram acertados os relógios para fundação de uma Colônia, no Sul do Brasil e que deveria absorver uma parte dos imigrantes, que naquela época abandonavam, em massa, a Europa Central.

Assinado o Acôrdio particular em 1849, foi destacado no outono (europeu) daquêle ano o Engenheiro H. GUENTHER, o qual tinha instruções, de dirigir-se "via Rio de Janeiro" para as referidas terras, deixando tudo preparado, para o recebimento da primeira remessa de povoadores.

No Rio de Janeiro, porém, foi Guenther obrigado a esperar bastante tempo pela homologação do referido "Acôrdio Particular" pelas Câmaras do Império, fato êste que se realizou apenas em maio de 1850.

Partiu pois Guenther, junto com os citados Representantes do Governo Imperial e do Príncipe de Joinville e mais algumas pessoas contratadas, para São Francisco, a cuja jurisdição pertenciam naquela época as terras da futura Colônia Dona Francisca.

Destacado para VER as terras e ESCOLHER o local para o futuro núcleo, achou Guenther, que o local mais favorável para êsse primeiro núcleo seriam às margens do Ribeirão Mathias, como logo em seguida seria batizado o curso d'água, que corta o centro de Joinville, em direção Oeste-Leste.

A missão de Guenther era PREPARAR O TERRENO para o recebimento da primeira leva de povoadores, os quais chegariam então a 6 de março de 1851 a São Francisco pela barca "COLÓN" (palavra castelhana, que significa "COLOMBO").

Iniciado o desembarque no dia 7 de março, terminou êste serviço no dia 9 do mesmo mês e tendo sido abertas as vendas das terras, adquiriu o imigrante FRITZ EBERT no dia 10 o lote N.º1, acima descrito e cujo "Kaufbrief" (Escritura Particular de compra e venda) ainda existe no original.

Terminando esta sinopse da Fundação de Joinville, não é certamente demais, ponderar ainda, que a data escolhida oficialmente há gerações, é o Dia de Santa Francisca Romana, pelo que deve ser considerada também uma homenagem (não sabemos de momento, si póstuma) à nossa "princesa sorridente", que foi a Princesa Dona Francisca.

A nosso ver, querer mudar ou pelo menos discutir a referida data, que já se tornou tradicional, seria "soltar corujas em Atênas", o que por certo é desinteressante.

ELESBÃO PINTO DA LUZ

É tempo de se fazer justiça à memória de um catarinense que, durante os conturbados meses que se sucederam à proclamação da República, foi, em Blumenau, um dos baluartes dos ideais que nortearam o movimento liderado por Custódio de Melo e Silveira Martins.

As circunstâncias políticas de ordem local não deram à atuação do então auxiliar de justiça, Elesbão Pinto da Luz, as simpatias do povo blumenauense. Este, liderado por Hercílio Luz, Paula Ramos e outros, e orientado pelo principal e destemido órgão de imprensa, o "Blumenauer Zeitung", era francamente florianista. Dera à causa do marechal não apenas apôio platônico. Tomara mesmo das armas para enfrentar os maragatos, senhores de todo o Rio Grande do Sul, que haviam se apossado do governo do Estado, e aí instalado, depois, a administração provisória da República.



Elesbão, com Paulo Schwartz, Engelke, Faust e mais uma meia dúzia de correligionários viu-se cercado da antipatia geral. Entretanto, na defesa dos seus ideais, na conduta desassomburada que soube manter, distinguia-se como um cidadão sincero e corajoso, tendo sofrido as maiores perseguições e injustiças, chegando, afinal, a ser covardemente fuzilado, enquanto seus chefes e orientadores fugiam para o estrangeiro, com a derrota da revolução.

Elesbão Pinto da Luz nasceu em Destêro (atual Florianópolis) a 20 de outubro de 1860, na então rua Augusta (hoje João Pinto, em homenagem à memória de seu pai).

Era filho do comendador João Pinto da Luz, que tivera marcada atuação no desenvolvimento político e econômico da província, e de dona Maria Amélia Siqueira. Na casa em que nasceu, está hoje instalado o Clube 12 de agosto, da capital do Estado. Fêz seus estudos no Colégio Pedro II, do Rio de Janeiro.

Aos 18 anos de idade, casou-se com sua prima, Maria José, irmã do dr. Hercílio Pedro da Luz que veio a ser governador do Estado e o seu mais ferrenho adversário político.

Após o casamento, Elesbão foi residir na Colônia Brusque, em cuja administração conseguiu emprêgo e onde lhe nasceu a primeira filha. Com a emancipação do município de Blumenau, criaram-se, ali, alguns cargos, como os de tabelião e escrivão de orfãos. E, no governo do império, encontrava-se gabinete liberal. Era natural, portanto, que fôsem escolhidos, para o preenchimento desses cargos, homens filiados àquele partido.

Em Blumenau, porém, havia bem poucos dêsse credo político. E os que existiam, não estavam em condições de exercer o ofício por lhes faltarem melhores conhecimentos da língua e das leis do país. Foram nos, então, buscar em Brusque, onde a direção da colônia era tôda ela liberal, ao contrário do que sucedia em Blumenau, cujo diretor não fôra e nem admitira política nos negócios que dissessem respeito à administração e à orientação da sua colônia.

Foi assim que Paulo Schwartz e Elesbão Pinto da Luz transferiram-se para Blumenau; o primeiro para a Agência de Terras e Colonização e o segundo como serventuário de justiça (escrivão e tabelião — 1883).

Elesbão, inteligente e vivo, passou logo a arregimentar e a chefiar os adeptos do partido liberal. Tinha, entretanto, contra êle, o prestígio e a audácia de seu cunhado Hercílio e a grande, a esmagadora maioria conservadora da população da vila e do município e da sua imprensa. Tornou-se, desde logo, pela sua atuação, antipatizado por todos.

Mas foi, principalmente, nos lamentáveis dias da revolução de 1893 que a sua atuação adquiriu relêvo e o seu nome passou a representar, em todo o Vale do Itajaí, a reação que, no sul do país inteiro, se levantou contra o marechal Floriano Peixoto, então na presidência da República.

Como chefe federalista de Blumenau, curtiu trabalhos e decepções sem conta. A simples discordância de pontos-de-vista políticos entre êle e o seu cunhado Hercílio, transformara-se em feroz inimizade. Cenas lamentáveis, aconteceram entre os dois próceres, ainda mais que Elesbão, no cargo de Delegado de Polícia, fôra obrigado a tomar medidas enérgicas, algumas talvez eivadas de paixão partidária, contra adeptos do chefe "pica-pau".

A então Vila de Blumenau, pacata e ordeira, viu-se palco de acontecimentos de grande repercussão na imprensa local e nas duas fações em que a política brasileira dividira o país.

E, embora vítima de injustiças e violências, Elesbão não se aproveitou das momentâneas oportunidades em que as circunstâncias o fizeram árbitro da situação, para exercer, ou permitir o exercício de vinganças condenáveis.

Assim foi, por exemplo, quando, em dezembro de 1893 e janeiro de 1894, as forças revolucionárias do exército sob o comando do general rebelde Gumercindo Saraíva acamparam em Blumenau, na sua marcha para o litoral. Os comandantes dos vários corpos que aqui estacionaram, efetuaram várias prisões, entre as quais a do então chefe republicano de Brusque, o comerciante e industrial Carlos Renaux. Era intuito dêsses militares fuzilá-los (ou degolá-los, como era da preferência da soldadesca, tanto da parte dos "maragatos" quanto da dos "pica-paus").

Foi Elesbão quem, enérgicamente, desassombradamente, evitou que se consumasse êsse crime. (Ver "Blumenau em Cadernos", tomo III, pág. 220).

Com a derrota dos revolucionários, cujos chefes nunca souberam se entender, foi geral a debandada dêstes. A maioria internou-se no Uruguai e na Argentina, como foi o caso de Silveira Martins, dos almirantes Custódio e Saldanha da Gama; outros ocultaram-se no interior do país, indo mesmo alguns para a Europa.

Elesbão não podia abandonar o seu emprêgo e a família. Confiava, também, em que os adversários agissem com a mesma elevação de vistas e magnanimidade com que, êle próprio atuara, tantas vêzes, a favor dêles. Infelizmente, assim não sucedeu. Prêso em Blumenau, Elesbão foi remetido para Destêrro, onde já se encontrava, à testa do govêrno do Estado, como interventor federal, o Coronel Moreira Cesar. Recolhido, como muitos dos seus companheiros de ideal, à fortaleza de Santa Cruz do Anhato-Mirim, Elesbão foi passado pelas armas no dia 16 de abril de 1894, deixando a espôsa e filhos em grande pobreza.

Do seu casamento com dona Maria José, Elesbão tivera 12 filhos. Dêstes, sete morreram em tenra idade. Dos outros, vivem ainda Alice, que se conservou solteira, Argentina, viúva do sr. José Manoel de Andrade, Elesbão e América, também solteiros, todos residentes em Florianópolis. Ao ser fuzilado, Elesbão contava 33 anos de idade. Em Blumenau, a família morava na zona suburbana, na propriedade que, ultimamente, pertencia a Bernardino Procópio, em Belchior, limites de Blumenau com o município de Gaspar. Elesbão foi um dos signatários do documento de despedida do Dr. Blumenau, por ocasião da partida dêste para a Alemanha, em 1884. Em 1886 assinou a ata da instalação da Comarca de Blumenau, tendo sido, nessa ocasião, nomeado tabelião do Têrmo.

Pela sua atuação em prol do progresso de Blumenau, cuja vida partidária e autônoma acompanhou desde os seus primórdios, Elesbão merece lugar de destaque entre os blumenauenses do passado.

Ê tempo de se pôr de lado a lembrança das suas idéias políticas, para levar em consideração o que êle fêz de bom e de útil ao engrandecimento da nossa comuna. E, nesse particular, é grande o acêrvo de serviços que se lhe pode levar a crédito. Lembremo-nos, pois, com simpatia, neste curto relato, de sua vida tão acidentada e a que pôz têrmo, tão prematuro, a intolerância política de mistura com ódios partidários incontrolados.



A 24 de maio de 1881 foi a Comarca de Lajes desmembrada da de São José para constituir comarca autônoma. O município de São Miguel foi desmembrado da comarca da capital e anexado ao de São José.

A 23 de março de 1881 foi elevado à categoria de Município a freguesia de São Luiz Gonzaga das colônias Itajaí e Príncipe Dom Pedro, com a mesma denominação (lei 920). A sede do município ficou sendo a vila de São Luiz. O novo município seria instalado logo que estivesse arranjada a casa para a câmara.

A 30 de março de 1881 foi elevada à categoria de vila e município, a freguesia de São João de Campos Novos (lei 923).

A 24 de março de 1928, falece em Indaial o escrivão e Chefe político Frederico Muller filho de Augusto Muller e sobrinho do sábio Fritz Muller.

ESCREVE:

CHRIST. DEEKE

Aconteceu...

DEZEMBRO DE 1961

1 — Entra em vigor o horário especial de Natal, para o comércio. As lojas funcionarão das 8 da manhã às 21 horas. Nos sábados, das 8 às 18.

2 — O prefeito toma providências para reforço da iluminação pública da cidade, em vista das festas natalinas. Providencia a possibilidade das ligações elétricas para arcos e figuras decorativas, árvores de natal nas fachadas de casas comerciais e particulares, etc.

3 — O bazar organizado anualmente pela Sociedade de Senhoras Evangélicas, em benefício da maternidade "Elsbeth Koehler", mantida por essa Sociedade, transferida, devido à enchente, para esta data, transcorre animada e com resultados satisfatórios.

É realizada uma noite de bailes e música da Orquestra Sinfônica do Teatro Carlos Gomes sob a regência do maestro Heinz Geyer e alunos da Escola de Bailados do Conservatório Curt Hering, dirigido pela professora D. Inês Polier.

6 — Com a retirada do dr. Marcílio da Silva Medeiros da nossa cidade, realiza-se a Assembléia Geral ordinária, para a eleição da nova diretoria da Associação de Amparo aos Menores Desvalidos, substituindo o ilustre desembargador na diretoria da Sociedade o sr. Roberto Baier.

O dr. Marcílio Medeiros foi substituído nas funções de juiz de Direito da 1.ª Vara da Comarca pelo dr. Aristeu Gouvêa Schieffler, até agora titular da segunda Vara. Para esta, foi transferido o dr. Arthur Balsini, juiz de Direito da Comarca de Rio do Sul.

8 — Abertura do 1.º Salão Fotográfico da Ótica Heusi. O Júri, composto da sra. Nami Deeke, srs. Hans Baumgarten e Acílio Acácio Nunes Pires, concedeu o pri-

meiro lugar ao professor Mascarenhas Passos, de Florianópolis, o 2.º ao sr. Hellmuth Th. E. Wagner, de Curitiba e o 3.º lugar ao dr. Walter Jorge José, tendo a senhora Nami Deeke oferecido um prêmio de Menção Honrosa ao sr. Jorge Weise, expositor de Blumenau, que concorreu com valioso trabalho.

8 — Entre os 220 inscritos nos exames vestibulares para a Escola Rio Branco, para ingresso na diplomacia, foram aprovados, apenas, 21 candidatos e, entre estes, o dr. Danilo Mayr, filho de Rio do Sul e que é, assim, o primeiro elemento do Vale do Itajaí a ingressar na Diplomacia brasileira. O dr. Danilo Mayr é um dos brilhantes colaboradores deste mensário.

Entre os novos bachareis em direito, formados este ano, contam-se os blumenauenses Dr. Martinho Cardoso da Veiga, Emygdio Sada, Maria Carolina da Silva Amorim, José Acary Souza. Em medicina bacharelam-se: Edemar Winckler, Ivo Olinger e Roberto Buechele, filho do ex-gerente do Banco do Brasil, sr. Hermes Buechele.

9 — Realiza-se a solenidade da formatura dos professorandos da Escola Normal Pedro II, no Teatro Carlos Gomes. Nesse mesmo local, a 18, a formatura dos contadorandos da Escola Técnica de Comércio do Colégio Santo Antônio.

Um blumenauense, o dr. Arno Pedro Hoeschl, neto dos saudosos Leopoldo Hoeschl e Pedro C. Feddersen é eleito para a presidência do Superior Tribunal de Justiça do Estado.

16 — Em ofício dirigido ao Diretor Regional dos Correios e Telégrafos, o sr. Prefeito Municipal reivindica agências postais para os bairros da Velha e do Garcia.

18 — Em vista do flagelo da enchente que atingiu, especialmente, os bairros pobres da cidade,

as festividades de distribuição de presentes de Natal, pelas sociedades beneficentes e de outras instituições e de particulares são excepcionalmente generosas neste ano. No Clube Náutico América é promovido pela senhora do sr. Prefeito Municipal o Natal dos filhos dos Operários, com mesa de doces, ao som do Quinteto Catarinense, com a presença de Papai Noel, que acendeu o "pinheirinho", sendo beneficiadas 481 crianças. No Natal oferecido pela Campanha de Solidariedade Humana, o número de beneficiados é enorme, tendo animado a cerimônia a banda de música do 23 R. I. O Rotary Clube Blumenau-Norte promove o Natal dos Filhos dos Bombeiros e, entre as muitas outras demonstrações de altruísmo, tornou-se expressiva a cerimônia no Asilo de Velhos, onde aparece o pastor Rolf Duebbers, com o côro da Igreja Evangélica. 24 e 25 — Os dias consagrados ao Natal transcorreram da maneira tradicional, sob uma tempe-

ratura agradável, após o calor sobremaneira forte que já começara no mês de novembro. Os jornais aparecem em edições especiais.

30 — Chega a Blumenau o dr. Léo de Almeida Neves, diretor da Carteira Agrícola do Banco do Brasil, acompanhado do dr. Alcides Abreu, coordenador do Banco de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina. Depois de uma reunião com os gerentes das Agências do Banco do Brasil, realiza rápidas visitas a várias indústrias locais. A noite há um banquete, oferecido pela Associação Rural e classes produtoras do Município, no qual pronuncia a saudação o agrônomo Klaus Hering, tendo falado, ainda, o dr. Gentil Teles e, por fim, o ilustre visitante.

Entre os falecimentos ocorridos no município durante o mês, contam-se o da sra. Helga Hadlich da Silveira, da sra. Alzira Schirach Kadletz e da sra. Isolina Pereira, esta vítima de acidente de trânsito.



○ próximo número 4, deste tomo, será dedicado à publicação dos mapas estatísticos, informações e relatórios do Doutor Blumenau, referentes ao ano de 1862. Por êsses documentos os nossos leitores terão uma idéia exata do que era a colônia de Blumenau há cem anos atrás. Para aquêle número, que em breve será distribuído, pedimos a atenção dos leitores.



BLUMENAU EM CADERNOS

Fundação e orientação de J. Ferreira da Silva

ASSINATURAS:

ASSINATURAS: Por 12 números (1 Tomo)	Cr\$ 300,00
Número avulso	30,00
Número atrasado	40,00

REDAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO:

Rua Augusto Severo, 822
Caixa postal, 2675
CURITIBA — Paraná

EM BLUMENAU:

Representante: Frederico Kilian
Caixa postal, 425

Fábrica de Chocolate "SATURNO"

M.E. Kaeser S.A.

BLUMENAU — Rua Paulo Zimmermann, 50 - C. Postal, 55

Enderêço Telegráfico: "Saturno"



JA É UMA TRADIÇÃO

**Especialidades: Chocolates — Pralinés
Bombons finos e balas — Beijo baiano
Waffles-Filhós — Chocolate em pó, ul-
tra-fine.**



Produtos que honram a indústria blumenauense.

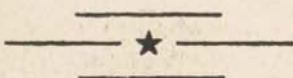
Empresa Fôrça e Luz Santa Catarina S.A.

ALAMEDA DUQUE DE CAXIAS, N.º 63

BLUMENAU — SANTA CATARINA

CAIXA POSTAL, N.º 27

ENDEREÇO TELEGRÁFICO : FORÇALU



CONCESSIONARIA dos serviços de fôrça e luz nos municípios de

Blumenau — Gaspar — Ilhota — Itajaí — Brusque

Indaial — Timbó — Rodeio — Ibirama — Pre-

sidente Getúlio — Rio do Sul — Taió

Rio do Oeste e Trombudo Central

todos da região do Vale do Itajaí.

PROPRIETARIA das Usinas :

“Salto” — 7.000 KW

“Cedros” — 8.000 KW

“Diesel” — 3.000 KW

EM CONSTRUÇÃO :

Usina “PALMEIRAS” — 18.000 KW